



Artigo original

Diversidade linguística e desenvolvimento nacional: questões sobre política linguística em Moçambique

Gregório Firmino

Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Moçambique

RESUMO: O artigo aborda a relação entre diversidade linguística, assim como o uso de línguas de origem colonial, e os processos de construção de estados-nação, tendo, como foco principal, o caso de Moçambique. O seu objectivo é argumentar que a relação de causalidade entre estas duas dimensões não pode ser assumida como um dado adquirido, contrariamente às convicções associadas a muitos africanistas, que têm proposto que o atraso nos vários países africanos se deve à diversidade linguística e/ou ao uso de línguas de origem colonial. Assim, o artigo propõe que a gestão da situação linguística precisa de considerar os papéis simbólicos e comunicativos que as várias línguas assumem, sem um julgamento preconceituoso prévio, potenciando-se os seus valores sentimentais e instrumentais. Com base nestes pressupostos, analisa o caso de Moçambique, propondo-se subsídios para a definição de uma política linguística para o país.

Palavras-chave: diversidade linguística, estado-nação, desenvolvimento, política linguística, língua oficial, língua nacional, Moçambique.

Linguistic diversity and national development: issues on Language Policy in Mozambique

ABSTRACT: The paper addresses the relationship between linguistic diversity as well as the use of ex-colonial languages and the processes of nation-state building, focussing on the case of Mozambique. Its objective is to argue that a causal relationship between these two dimensions can not be taken for granted, contrary to the convictions associated with many africanists, who have proposed that backwardness in several African countries is caused by linguistic diversity and/or the use of ex-colonial languages. Thus, the article proposes that the management of the linguistic diversity needs to consider the symbolic and communicative roles played by the several languages, with no pre-judgement, enhancing their sentimental and instrumental values. Under these presuppositions, the paper analyzes the case of Mozambique, adding some inputs for the definition of a language policy in the country.

Keywords: Linguistic diversity, nation-state, development, language policy, official language, national language, Mozambique.

Correspondência para: (correspondence to:) gregoriofirmino@gmail.com

INTRODUÇÃO

Como já referiu Clifford Geertz (1973), num dos primeiros estudos seminais sobre os estados pós-coloniais que emergem no terceiro mundo, na sequência da saga independentista que procede o final da segunda guerra mundial, a questão linguística acabava por ser um aspecto crucial na perspetivação do desenvolvimento¹ nacional destes países. Não admira, pois, que diversos estudos sociolinguísticos efectuados a partir dos anos 50 do século

passado se tenham debruçado exaustivamente sobre a relação entre estado-nação e diversidade linguística, na tentativa de proporcionar directrizes para os fazedores de políticas públicas, a quem esta problemática era incontornável. A questão continua em aberto. Por exemplo, há os que defendem que o incremento do desenvolvimento nacional não se compadece com a continuação de políticas linguísticas exoglóssicas (HEINE, 1992), que, basicamente, perpetuam as práticas estatais coloniais. Várias razões

têm sido invocadas, como, por exemplo, desculturalização (NGUNGI, 1987), segregação social a favor das elites (MYERS-SCOTTON, 1993), insucesso escolar e alienação das massas do sistema educacional (BOKAMBA e TLOU, 1980), etc. Essencialmente, aponta-se que a continuidade da (exclusiva) oficialização das línguas de origem europeia conduz ao afastamento da maioria dos cidadãos africanos dos processos de desenvolvimento nacional (DJITE, 2008). Contudo, as políticas exoglóssicas são predominantes em África. Dos 54 países africanos, apenas 20 países (Etiópia, Sudão, Somália, Tanzânia, Botswana, Burundi, Comoros, Eritreia, Quênia, Madagáscar, Nigéria, Ruanda, África do Sul, Argélia, Djibouti, Egito, Líbia, Mauritânia, Marrocos, Suazilândia) podem, de alguma maneira, ser considerados endoglóssicos (BOKAMBA, 2011). Diversas razões têm sido apontadas como justificação para esta situação, podendo destacar-se: diversidade etno-linguística, que coloca os países africanos sem uma língua autóctone comum²; facilidade de operacionalização do estado independente, dado o facto de as elites gestoras dos novos estados pós-coloniais terem sido educados para funcionarem nestas línguas, distinção social, a famosa “elite closure” (MYERS-SCOTTON 1993); inadequada preparação em termos de planificação linguística de “corpus” para desempenhar funções oficiais; etc.

A discussão tem perdurado ao longo das últimas décadas, havendo sinais de que mais a emoção do que a evidência teórico-empírica tem comandado os diferentes posicionamentos, alguns marcadamente exagerados:

[...] África tem um problema peculiar, derivado da situação multilingue e do facto de haver um número considerável de línguas lutando pela supremacia no continente. Uma vez que muitas destas línguas estrangeiras são conhecidas por um número insignificante de cidadãos, a única forma de trazer o máximo de africanos às iniciativas de desenvolvimento nacional é através da mudança na política linguística. Nós

devemos desenvolver as nossas línguas para se ter uma comunicação efectiva com as massas. Propusemos o swahili como língua da união de África, por ser a que melhor se adequa ao desenvolvimento. Se tal não for fácil de atingir a curto prazo, podemos inicialmente desenvolver umas quantas línguas africanas. Neste sentido, podemos escolher o hausa para a África Ocidental, árabe no norte; zulu na África do Sul, swahili na África Central e Oriental, enquanto se encoraja o desenvolvimento continuado do swahili. Se, por razões válidas, o swahili não é aceitável, **votarei por qualquer língua, desde que seja uma língua africana**” (MOHOCHI, 2002, p. 8, negrito nosso)³.

Com efeito, assumindo-se que se deve recorrer a uma política endoglóssica, será que o swahili é a solução, por defeito, para todos os países africanos, qualquer que seja a sua situação? Basta que seja uma língua de origem africana para que seja a solução ideal? Em muitos contextos, o swahili não será também uma língua exógena, tal como as línguas de origem colonial? De facto, as línguas ex-coloniais, apesar do seu passado colonial, não se poderão endogenizar? O carácter exógeno ou endógeno é de natureza essencial/permanente ou contingencial/transitório?

Por outro lado, não há evidências claras que mostrem uma relação causal entre diversidade linguística e desenvolvimento nacional, ou entre o uso de uma língua tida como endógena ou exógena e o desenvolvimento nacional. Há países monolíngues ou bilingues, pobres e ricos, com línguas endógenas ou exógenas, tanto desenvolvidos como subdesenvolvidos, pobres ou ricos.

De facto, a relação entre diversidade linguística e desenvolvimento tem sido amplamente estudada, sem que haja indicações claras de uma causalidade entre língua e desenvolvimento de um país. Já em 1968, num estudo pioneiro sobre o assunto, Joshua Fishman considerava que era meramente uma impressão, o pensar-se

que países linguisticamente homogêneos são economicamente mais desenvolvidos (FISHMAN, 1968, p. 60). Note-se, contudo, que também Pool (1972), num outro estudo pioneiro, que comparou 133 países, considerando o produto interno bruto *per capita* e o grau de homogeneidade linguística, medido em função do tamanho do maior grupo linguístico nativo dentro de um país. Embora o estudo mostre que são poucos os países heterogêneos (de facto, são países cujo maior grupo linguístico nativo não representa mais de 60% da população) que possuem um PIB elevado, verifica-se, por outro lado, que os países supostamente homogêneos (de facto, são países cujo maior grupo linguístico nativo representa mais de 80% da população), tanto podem ser desenvolvidos como sub-desenvolvidos. Como disse Pool (1972), “um país poderá ter qualquer grau de uniformidade ou fragmentação linguística e, ainda assim, ser subdesenvolvido; e um país, cuja população inteira, fala, mais ou menos, a mesma língua pode estar num lugar qualquer, entre muito rico e muito pobre. Contudo, um país que é linguisticamente muito heterogêneo é sempre um país sub-desenvolvido ou semi-desenvolvido. Um país que é altamente desenvolvido tem sempre uma considerável uniformidade linguística” (p. 222). Esta conclusão remete para a necessidade de se aprofundar a relação entre diversidade linguística e desenvolvimento. Haverá uma relação de causalidade? Havendo, o que causa o quê? Será a diversidade linguística que impede o desenvolvimento económico, ou o contrário, ou seja, será a prosperidade económica que provoca a redução da diversidade linguística? É que a língua está relacionada com outros factores, com impacto nas políticas de desenvolvimento, o que significa que poderão ser estes factores, e não a língua em si, que intermedeiam decisivamente nos processos conducentes ao desenvolvimento de um país.

Estudos recentes sobre os países africanos (mas não só) têm continuado esta discussão,

geralmente, com a mesma presunção: as políticas linguísticas exoglóssicas não conduzem a um desenvolvimento sustentável de África. Djité (2008) argumenta, considerando quatro dimensões relacionadas com o desenvolvimento, nomeadamente, educação, saúde, economia e governação, que a actual ordem sociolinguística em países africanos, ou seja, o predomínio da exoglossia, tem efeitos duradouros na persistência de níveis reduzidos de desenvolvimento. Embora o continente tenha um grande potencial, tal não chega a realizar-se na plenitude porque não se recorre às línguas faladas pelas massas. Interroga-se: Por que é que uma criança africana tem de aprender a ler e escrever numa língua estrangeira? Por que é que os médicos africanos são formados usando-se línguas que os seus pacientes não percebem? Por que é que os líderes africanos devem dirigir-se aos seus povos em línguas que, eles sabem, as pessoas não percebem?

Similarmente, Prah (2013) defende que nenhum país do mundo se poderá desenvolver sem usar uma língua endógena⁴, uma afirmação controversa, se se considerar a situação de alguns países. De facto, qual será a língua endógena dos EUA, da China, do Brasil, da Espanha, etc., países considerados desenvolvidos ou em franco desenvolvimento?

No geral, o que se pode pensar que seja uma língua própria de um país, endógena, resulta de um processo de racionalização linguística (LAITIN, 1992), de que emergiu, através de processos políticos historicamente determinados, uma suposta uniformidade linguística no seio de uma variação inter-dialectal ou diversidade inter-linguística. Este processo leva à “construção” de uma língua nacional, oficial, como o francês, o inglês, o chinês, o espanhol, etc., que, no geral, é uma língua/variedade acessível a parte dos membros da nação-estado. Muitos precisam de a aprender em contextos formais, podendo até haver cidadãos que não têm oportunidade para o fazer, o que equivale a dizer que acaba por

ser uma língua/variedade exógena para muitos, apesar de identificar todo o país.

De facto, tanto Djité (2008) como Prah (2013) estão colocando velhas questões, que sempre dominaram as discussões sobre a questão linguística em África. As soluções que propõem também não são inovadoras, apenas repetitivas e insistentes. Verifica-se, sobretudo, a tendência de se propor soluções generalizantes, para a África como um todo, descurando as peculiaridades históricas, sócio-culturais, políticas, económicas, linguísticas, territoriais, dos diferentes países africanos, que, eles próprios, não são uniformes. Presumem-se e não se reexaminam os clichês, perpetuando-se o senso comum, cuja análise minuciosa pode motivar outras perspectivas. Se não, veja-se: O que se pode entender por língua estrangeira? O que se pode entender por língua africana? O português em Moçambique é uma língua estrangeira? Terá o português em Moçambique o mesmo estatuto que o inglês, francês, swahili ou zulu? As crianças africanas devem necessariamente aprender numa língua africana? A governação em África, qualquer que seja, deve prescindir das línguas “estrangeiras”? Ou será uma questão de se usar na governação também uma língua “africana”, para além das habitualmente usadas? Os cursos de Medicina, para serem relevantes, devem ser ensinados numa língua africana? O uso das línguas africanas conduzirá necessariamente a resultados satisfatórios na educação? É a língua como meio de ensino ou outros elementos intervenientes nos processos pedagógicos (por exemplo, condições das salas de aulas, qualidade e disponibilidade de material bibliográfico, disponibilidade de professores com formação de qualidade, estratégias pedagógicas adequadas, etc.) que influem nos processos de ensino e aprendizagem? Por que razão alguns, mesmo aprendendo numa língua “estrangeira”, conseguem ter sucesso escolar?

O presente artigo discute a relação entre diversidade linguística e desenvolvimento nacional, retomando as questões colocadas

nos parágrafos anteriores. Assim, assumindo-se o desenvolvimento nacional como um processo de edificação de um estado-nação, à medida que vai atingindo níveis universalmente reconhecidos de prosperidade sócio-económica, de estabilidade político-governamental e de realização cultural, num ambiente ecologicamente sã, o artigo verifica se a homogeneidade linguística (ou inversamente, a heterogeneidade linguística), ou se a opção por uma língua pretensamente exógena (ou inversamente, por uma língua endógena) mantém uma relação de causalidade com o progresso de um país. De que natureza é a relação entre estas variáveis? A discussão começa por uma pequena digressão teórica, como forma de dar enquadramento à análise da situação de Moçambique. Sobretudo, o artigo procura sugerir formas de gestão da diversidade linguística prevalecente neste país, tendo em conta o incremento do desenvolvimento nacional. Note-se que o artigo assume o carácter de um ensaio, sendo uma reflexão baseada em elementos oriundos de trabalhos anteriores do autor ou em outros dados recolhidos em bibliografia considerada relevante.

(ALGUNS) PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Há um arsenal teórico multidisciplinar que pode auxiliar no tratamento mais rigoroso do tema em consideração neste artigo. Ainda que brevemente, importa ter em conta estes pressupostos teóricos para uma melhor consideração do caso de Moçambique. Por exemplo, a sociolinguística, que, de uma forma geral, se interessa pela relação entre a língua e o meio social, demonstrou claramente que a língua é um dos traços indispensáveis dos sistemas culturais que dão forma às sociedades, sendo considerada uma condição primordial para a realização da interacção humana. Ao servirem como instrumentos de comunicação, as línguas acabam transcendendo a sua dimensão proposicional, assumindo outras funções que se prendem com a construção de identidades. A língua, portanto, não só tem um valor instrumental como também um

valor sentimental (KELMAN, 1971). Daí que as línguas possam espelhar diferenças sociais e marquem diferenças identitárias nas suas múltiplas formas (género, território, etnia, nação, etc.). Por outro lado, as identidades não se congelam no tempo e no espaço, permanecendo estáticas e fixas. A identidade está num processo constante de construção e reconstrução, moldando-se continuamente à medida que os homens em sociedade enfrentam novos desafios nas suas relações sociais. Portanto, a identidade implica mudança e adaptação constantes. Este facto obriga a a que se reveja alguns conceitos que se assumem sem se ter a devida dimensão crítica, como por exemplo, o de tradição (porque ela é construída em função de um certo presente), ou o de genuíno (uma vez que a mudança e adaptação obriga a inovações permanentes). Consequentemente, os valores e percepções sociais sobre as línguas não são imutáveis, nem uniformes. As línguas não têm o mesmo valor social. É uma falácia supor que as línguas serão reconhecidas uniformemente pelo sujeito social, embora isso resulte de um processo de construção social, portanto, sujeito, a contingências histórico-sociais. Uma língua que tenha um certo valor e seja vista socialmente de uma certa forma, amanhã poderá ter outro valor e ser vista de uma forma diferente.

Dada a possibilidade de estabelecer ligações “sentimentais” e “instrumentais”, a língua torna-se um poderoso instrumento para unificar, ou não, uma população heterogénea e envolver, ou não, indivíduos e sub-grupos num sistema nacional, uma vez que serve de ponte entre “fidelidades imediatas e transcendentais” e “reforça não só a continuidade mas também a autenticidade da tradição nacional” (KELMAN, 1971, p. 31), ajuda a integrar as pessoas num sistema nacional e facilita o desenvolvimento das instituições políticas, económicas e sociais que servem uma população inteira. Contudo, os valores sentimentais e instrumentais não são estáticos pois, tal como foi referido anteriormente, contingências sócio-históricas

de natureza variada condicionam as concepções que sujeitos sociais têm sobre as línguas. Das Gupta (1971), tomando uma perspectiva política, apresenta ideias semelhantes às defendidas por Kelman (1971). No seu trabalho sobre conflito linguístico e desenvolvimento nacional, sugere que a língua não é um factor estático e, portanto, a fidelidade linguística não é um elemento primordial que possa ser tido como um dado adquirido. Das Gupta (1971) argumenta convincentemente contra estas assunções, ao apontar que a segmentação social em si não dita o padrão da participação política, porque este padrão adapta-se à natureza dos interesses políticos de diferentes grupos. Os aspectos políticos específicos, os estilos de liderança, a natureza do sistema político, os métodos de acção e outros jogam um papel maior na definição das alianças sociais do que os sentimentos primários como tal⁵. Assim que os grupos de interesse entram numa estrutura competitiva, tal como uma “sociedade civil” – definida como uma “teia de associações autónomas, independentes do estado, que aglutinam cidadãos em questões de interesse comum e que, pela sua mera existência ou acção, podem ter um efeito sobre as políticas públicas” (TAYLOR, 1990, p.1)⁶ –, os agrupamentos sociais vão adquirir a sua consistência e impacto, a partir mais da forma como as alianças se formam para obter bens sociais, do que estritamente dos sentimentos primordiais como tal.

O carácter dinâmico, consequência do seu condicionamento sócio-histórico, das concepções sociais sobre línguas ou mesmo agrupamentos sociolinguísticos mostra que não há valores perenes pré-destinados para esta ou aquela língua, para este ou aquele grupo sociolinguísticos. Os valores associados às línguas têm a sua gênese nas concepções que os seres sociais criam sobre si próprios e sobre os outros, sendo objecto de manipulações sociais, devido a interesses prevaletentes na sociedade, sejam eles do estado, de segmentos sociais ou mesmo de indivíduos.

Assim, por exemplo, os valores sentimentais ou instrumentais, conforme Kelman (1971), associados às línguas estão sujeitos a mudanças, não havendo nenhuma cujo valor intrínseco foi/é/será sempre esse e só esse. Não há línguas que, inerentemente, são coloniais ou não coloniais, representam a genuinidade ou não de uma nação, a tradição ou não de um país, a modernidade ou não, etc. As línguas podem ser coloniais ou não coloniais, representar a genuinidade ou não, a tradição ou não, a modernidade ou não, tendo em conta a forma como grupos de interesse vão manipulando a sociedade, num dado momento histórico, em função das suas agendas.

SITUAÇÃO LINGUÍSTICA DE MOÇAMBIQUE

Moçambique é um país linguisticamente heterogéneo, onde coexistem diversas línguas, nomeadamente, várias línguas autóctones de origem bantu, português e outras línguas de origem estrangeira. Os dados dos últimos censos populacionais têm indicado que as línguas autóctones, nas suas variadas formas, são as mais faladas pela maioria da população moçambicana. Estas línguas exercem também funções simbólicas importantes, como, por exemplo, a indiciação de identidades étnicas e/ou regionais. Embora o movimento populacional, principalmente as migrações internas em direcção aos grandes centros urbanos originem aglomerados linguisticamente heterogéneos, as diferentes línguas autóctones associam-se a regiões específicas do país. Em consequência desta distribuição regional, nenhuma das línguas autóctones cobre todo o território nacional, sendo por isso que não se reconhece uma *lingua franca*, para além do português, que apesar de não ser conhecido por todos os moçambicanos, ainda assim é a língua com falantes distribuídos por todo o país, principalmente entre as camadas escolarizadas. Por exemplo, o macua, língua autóctone mais conhecida, é falada no Norte de Moçambique, na província de Nampula e parte das de Cabo Delgado, Niassa e Zambézia. Nas restantes partes de

Moçambique, o uso de macua não tem muita expressão. Por outro lado, o tsonga, predominante no sul, *mutatis mutandis* apenas é amplamente falado nas províncias de Gaza e de Maputo.

Apesar de serem amplamente usadas para a comunicação quotidiana intra-étnica, nas zonas rurais quase exclusivamente e nas urbanas juntamente com o português, não se reconhece nenhum estatuto oficial explícito às línguas autóctones, exceptuando o facto de inúmeros discursos oficiais e/ou públicos se referirem à sua importância, principalmente na sua condição de repositórios da herança cultural moçambicana. De facto, a partir da Constituição de 1990, consagrou-se a oficialização do português (Título I, capítulo I, artigo 5. 1), sem que, contudo, se explicitasse as funções das outras línguas, exceptuando o facto de se declarar que o estado moçambicano valoriza as línguas nacionais como património cultural.

O português foi adoptado como língua oficial, mas, sob o ponto de vista ideológico, é também concebido como símbolo de unidade nacional, transcendendo, assim, no discurso oficial, a sua conotação de língua colonial. Significativamente, é este aspecto ideológico que distancia o estatuto e a função do português, relativamente ao período colonial. O português continua sendo uma língua essencialmente urbana, associado às elites, embora, mesmo assim, esteja a expandir-se consideravelmente nos seus usos e utentes. Significativamente, esta expansão correlaciona-se com a sua maior inserção no contexto de Moçambique, havendo já estudos que apontam para a sua nativização (FIRMINO, 2002[1995]); GONÇALVES, 2010; MARIANI, 2011). Esta nativização do português pode ser vista como o corolário da sua apropriação social, o que condicionou a sua transformação estrutural e, sobretudo, sócio-simbólica.

Em Moçambique, existem bolsas de falantes de outras línguas de origem estrangeira, que não sejam o português, principalmente o inglês, e outras de origem

asiática, como hindi, urdu ou gujrati. O inglês é falado com e pela comunidade de estrangeiros ligada a organizações internacionais e embaixadas, embora, devido aos contactos com os países limítrofes, como, por exemplo, a República da África do Sul, haja muitos moçambicanos que usam frequentemente esta língua. As línguas de origem asiática são faladas entre membros da comunidade de emigrantes, oriundos principalmente do continente asiático (principalmente, Índia e Paquistão) ou seus descendentes. Uma vez que ainda não há dados adequados para se dimensionar o impacto destas línguas de origem estrangeira, não se poderá tecer grandes considerações à volta da sua situação.

Face ao descrito anteriormente, pode-se concluir que os membros da sociedade moçambicana, na sua diversidade, interagem uns com os outros usando repertórios verbais ou linguísticos que englobam variedades linguísticas que vão desde as línguas autóctones até ao português, incluindo outras línguas de origem estrangeira. Estas variedades, no entanto, não estão uniformemente distribuídas pelos moçambicanos, o que faz com que sejam usadas como símbolos da diferenciação social, que os indivíduos usam como marcas da sua personalidade social. A imagem social de alguém é construída na base da manipulação de formas específicas de uma língua em actividades sociais específicas. Para além do mais, tanto as formas linguísticas derivadas do português como as derivadas das línguas autóctones podem, em algumas actividades sociais, trazer compensações sociais.

Assim, em síntese, há o seguinte perfil básico da situação sociolinguística de Moçambique que é preciso considerar:

- a) o país apresenta uma diversidade de recursos linguísticos, manipulados variavelmente pelos cidadãos;
- b) não há sinais de existência de *línguas francas* que cubram todo o território nacional;

- c) as unidades territoriais através das quais se faz a gestão do país (ex. províncias, distritos, localidade) são, no geral, plurilingues;
- d) as diferentes línguas associam-se a domínios territoriais específicos (não totalmente coincidentes com as principais divisões administrativas do país), algo cimentado na percepção das pessoas;
- e) o português, a língua veicular, embora com falantes presentes em todas as regiões do país, não é dominado por todos os moçambicanos, e é essencialmente uma língua com falantes maioritariamente urbanos, masculinos e jovens;
- f) outras línguas, que não sejam o português ou as línguas bantu, são usadas por comunidades minoritárias para fins, *inter alia*, comunicacionais, simbólicos ou religiosos.

POLÍTICA LINGUÍSTICA EM MOÇAMBIQUE

Em Moçambique, adoptou-se o português como língua oficial e um dos símbolos da unidade nacional, tendo em conta aspectos que caracterizam o panorama linguístico do país, como sejam, o facto de esta língua:

- a) poder ser um instrumento simbólico valioso na promoção da unidade nacional, tendo em conta a diversidade linguística do país;
- b) ter já uma história de uso em contextos institucionais;
- c) ser uma língua conhecida pelos que iriam operar nas instituições estatais ou afins, podendo-se mesmo afirmar que ela era uma das marcas de identidade e distinção deste grupo;
- d) ser uma língua de prestígio, associado às elites;
- e) as línguas bantu não poderem

competir com o português em termos de tratamento linguístico, prestígio e uso pelas elites em contextos e instituições de prestígio;

- f) o português facilitar o contacto com o exterior e o acesso à ciência e tecnologia, factores de desenvolvimento.

A oficialização do português, facto que ficou consagrado na constituição de 1990 marca o aspecto essencial do que, de claro, existe definido no âmbito da política linguística moçambicana. Relativamente às línguas bantu, nada existe consagrado formalmente, apesar de haver referências nos discursos oficiais e/ou públicos à sua condição de repositórios da herança cultural moçambicana.

A adopção do português como língua oficial e de unidade nacional tem várias implicações, principalmente as que resultam do facto de esta língua não ser falada por todos os moçambicanos e também do facto de muitos moçambicanos servirem-se unicamente das línguas bantu no seu quotidiano. O facto de o português não ser falado por todos os moçambicanos, apesar de ser o símbolo de unidade nacional e língua oficial, conforme o comando constitucional, encerra desafios, quer na expansão e normalização do seu uso, quer ainda na sua apropriação simbólica, elemento decisivo na sua nativização. Por outras palavras, para que o português seja, efectivamente, uma língua oficial, deve haver uma política de maior oficialização, tornando-a uma língua dominada por um número cada vez maior de moçambicanos, ao mesmo tempo que esse domínio se conforma, em termos normativos, às formas do seu uso no contexto de Moçambique. Deve-se promover uma moçambicanização (isto é, nativização) do português, com expansão dos usos e utentes, o que, consequentemente, reforçaria a sua apropriação nacional, ficando uma língua nacionalizada⁷, em consonância com o facto de ser um símbolo de unidade

nacional. Caminhar-se-á, assim, para a correcção de um dos aspectos problemáticos da actual, de facto, política linguística, que oficializa o português sem o nacionalizar (cf. FIRMINO, 2002).

Uma outra implicação da oficialização é que o português reforçou a sua posição como língua de estatuto elevado, própria dos domínios altos. Como as práticas linguísticas são parte integrante das práticas políticas, económicas e sociais, a oficialização do português acaba por afectar a participação e o posicionamento dos cidadãos na vida nacional. Com efeito, o cenário linguístico nacional reforça um ambiente político, económico e sócio-cultural favorável às camadas urbanas, escolarizadas e falantes de português, em detrimento dos não falantes de português, maioritariamente nos meios rurais e maioritariamente mulheres. Urge, portanto, que os moçambicanos que ainda não dominam a língua portuguesa participem sem barreiras linguísticas no desenvolvimento nacional e se sintam legitimamente integrados no sistema nacional, recorrendo às línguas locais, que melhoram dominam, e a que estão também sentimentalmente ligados. Trata-se de conceder um valor instrumental às línguas bantu, através da sua oficialização, o que poderá induzir ao reforço do seu valor sentimental, como marcas significativas das identidades moçambicanas, até porque a percepção social as associa à “moçambicanidade genuína”. De facto, a sua oficialização poderia abrir a possibilidade do seu uso em contextos institucionais como:

- a) educação formal, por exemplo, nos primeiros anos de escolaridade;
- b) administração pública, por exemplo, na feitura de requerimentos, petições, ou editais;
- c) contactos com gestores da “coisa pública”;
- d) meios de comunicação, como jornais;
- e) tribunais;

- f) actividades económicas, por exemplo, em anúncios publicitários;
- g) campanhas de saúde;
- h) etc.

Assim, neste caso, corrigir-se-ia um outro aspecto problemático da actual, *de facto*, política linguística, que é a nacionalização das línguas bantu sem a sua oficialização, isto é, é-lhes concedido pelo Estado e sociedade em geral, o valor sentimental de património sócio-cultural que legitima a identidade nacional, sem que, contudo, instrumentalmente, tenham espaço *de jure* para o seu uso em actividades oficiais e/ou públicas. Obviamente que esta oficialização terá um carácter auxiliar, talvez com um âmbito regional, conforme a região de influência da cada uma das línguas, uma vez que, no quadro jurídico-constitucional actual, o português é a língua oficial.

A nacionalização e oficialização planificadas dos recursos linguísticos usados pelos moçambicanos incentivaria o bilinguismo social e individual, o que estaria em sintonia com umas das características essenciais da sociedade moçambicana, contrariamente à prática actual, que apresenta tendências assimilacionistas, não diferindo, sob este ponto de vista, das políticas coloniais. Ironicamente, de facto, as autoridades pós-coloniais acabaram perseguindo uma política de assimilação, tal como o fizeram as pré-coloniais, diferindo apenas nas motivações ideológicas, ou seja, agora sem ser no sentido de se criar um cidadão português, mas no sentido da promoção da moçambicanidade, cuja representação ideal era o “Homem Novo”⁸. Matando-se a tribo para se construir a nação, surgiria o quimérico Homem Novo, expurgado de todos os valores segmentizantes, associados aos “ismos” negativos (colonialismo, obscurantismo, feudalismo, tribalismo, regionalismo, tradicionalismo, racismo, sexismo, etc.).

CONCLUSÃO

Tal como foi visto no início deste artigo, existe a tendência de alguns estudiosos

correlacionarem os níveis de desenvolvimento nacional com as políticas linguísticas prevalentes, como se a questão fosse meramente linguística. Os problemas linguísticos não existem por si sós. É por isso que os conflitos linguísticos não existem em si; antes, eles reflectem conflitos dentro da sociedade, a respeito de outros assuntos relacionados com a distribuição de bens sociais. Ou seja, os conflitos linguísticos são, de facto, conflitos sociais. Por esta razão, por exemplo, as reivindicações no sentido de rever o papel e o estatuto das línguas ex-coloniais face às línguas autóctones, como forma de corrigir as desigualdades sociais na África pós-colonial podem estar equivocadas. Elas incidem sobre a língua como tal, e não sobre outras questões políticas, económicas e sociais que sustentam a reprodução das desigualdades sociais.

Assim, a estabilidade e o desenvolvimento de Moçambique não vai depender estritamente do facto de o português ser substituído por, usado em vez de, ou usado em conjunto com (uma das) línguas autóctones. Similarmente, o uso do português como uma língua nacional não irá, só por si, garantir a unidade do país. Antes, o reforço da nação moçambicana estará em função da forma como os diferentes grupos sociais (mais exactamente, às elites, que ganham poder a partir da sua relação com os seus grupos sociais) sentirão que fazem parte da nação-estado, e da forma como sentirão que beneficiam dos recursos postos à disposição da sociedade pelo sistema nacional. Por outras palavras, a solução dos problemas associados ao desenvolvimento nacional não reside na mera gestão da diversidade linguística. A gestão da diversidade linguística será uma solução na medida em que se relacione com a gestão de outros aspectos da sociedade, de que é reflexo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOKAMBA, Eyamba G. Ukolonia in African Language Policies and Practices.

- In: BOKAMBA, Eyamba G. *et al.* (eds). **Selected Proceedings of the 40th Annual Conference on African Linguistics**. Somerville: Cascadilla Proceedings Project, 2011, p. 146-167.
- DAS GUPTA, J. **Language conflict and national development**. Berkeley: University of California Press, 1971.
- DJITÉ, Paulin G. Langues et Développement en Afrique. **Language Problems and Language Planning**, v. 15, n. 2, p.121-138, 1991.
- DJITÉ, Paulin G. **The sociolinguistics of development in Africa**. Clevedon: Multilingual Matters, 2008.
- FISHMAN, Joshua. Nationality-nationalism and Nation-Nationism. In: FISHMAN, J. Ferguson, C. e DAS GUPTA, J. (eds). **Language problems of developing nations**. New York: John Wiley, 1968, p. 39-52.
- FISHMAN, Joshua. National Languages and Languages of Wider Communication. **Language in socio-cultural change**. Califórnia: Stanford University Press, 1972.
- FIRMINO, Gregório. **A questão linguística na África Pós-Colonial: o caso do Português e das línguas autóctones em Moçambique**. Maputo: Promédia, 2002.
- GEERTZ, Clifford. The Integrative Revolution: primordial sentiments and civil politics in the New States. **The Interpretation of Cultures**. New York: Basic Books, 1973a [1963], p. 255-310.
- GEERTZ, Clifford. After the Revolution: The fate of nationalism in the New States. **The Interpretation of Cultures**. New York: Basic Books, 1973[1971], p. 234-254.
- GONÇALVES, Perpétua. **A génese do português de Moçambique**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010.
- HEINE, Bernd. Language policies in Africa. In: HERBERT, R. K. (ed.). **Language and society in Africa**. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1992, p. 23-35.
- KELMAN, H. Language as an Aid or Barrier to Involvement in the National System. In: RUBIN, J. & JERNUDD, B. (eds). **Can language be planned?** Hawai: University Press of Hawai, 1971, p. 21-51.
- LIJPHART, Arend. **Democracy in plural societies: a comparative exploration**. New Haven: Yale University Press, 1977.
- LIJPHART, Arend. Power sharing in South Africa. In: POLICY PAPERS IN INTERNATIONAL AFFAIRS, 24, 1985. Berkeley. **Anais...** Berkeley: Institute of International Studies, University of California, 1985.
- MACAGNO, Lorenzo. Lendo Marx “pela segunda vez”: Experiência Colonial e a Construção da Nação em Moçambique. **Trabalho apresentado no IV Colóquio Marx e Engels, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP**, 8-11 Novembro, Campinas, 2005.
- MARIANI, Bethânia. **Uma Revolução e seus Impasses Linguísticos: Moçambique**. Letras, Santa Maria, v. 21, n. 42, p. 129-149, jan./Jun. 2011.
- MOHOCHI, Ernest. Language and Regional Integration: Foreign or African Languages for the African Union? **Trabalho apresentado na 10ª Assembleia Geral da CODESRIA**, 8-12 Dezembro, Kampala (Uganda), 2002.
- MYERS-SCOTTON, Carol. Elite Closure as a Powerful Language Strategy: The African Case. **International Journal of Sociology of Language** 103, p. 149-163, 1993.
- NGUGI WA THIONG’O. **Decolonising the Mind: The Politics of Language in African Literature**. Harare: Zimbabwe Publishing House, 1987.
- POOL, Jonathan. National Development and Language Diversity. In FISHMAN, Joshua (ed.). **Advances in the Sociology of Language**. The Hague: Mouton, p. 213-230, 1972.

PRAH, Kwesi K. No Country Can Make Progress on the Basis of a Borrowed Language. **eLearning Africa News**, 2013. Disponível em: http://www.elearning-africa.com/eLA_Newsportal/no-country-can-make-progress-on-the-basis-of-a-borrowed-language.

SUMICH, Jason. Construir uma Nação: Ideologias de Modernidade da Elite Moçambicana. **Análise Social**, v. XLIII (2^o), p. 319-345, 2008.

TAYLOR, Charles. *Invoking Civil Society. Working Papers and Proceedings of the Center for Psychological Studies*, No. 31, Chicago, 1990.

NOTAS

¹ Neste artigo, a noção de desenvolvimento inspira-se no Relatório de Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1987, que com base na interligação dos conceitos de sustentabilidade ambiental, sustentabilidade econômica e sustentabilidade sociopolítica, define desenvolvimento sustentável como:

“O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração actual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e económico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais.”

² Note-se, contudo, que há países africanos com uma língua comum e, mesmo assim, seguem uma política exoglósica, como o caso de Cabo Verde. Também há países etnolinguisticamente heterogêneos, que seguem uma política endoglósica, como o caso da Tanzânia.

³ No original, lê-se:

“(…) Africa has a unique problem stemming from its multilingual situation and the fact that there are a number of ex-colonial languages competing for supremacy in the continent. Since these many foreign languages are known by a very insignificant few, the only way of bringing as many Africans to own our development initiatives is by a shift in the language policy. We must develop our languages for effective communication with the masses. We have proposed Kiswahili as the language best suited for development as a language for the African union. If that is not easy to attain in the short term, we can develop a number of African languages initially. Towards this end we can pick on Hausa for West Africa, Arabic in the north; Zulu in South Africa, Kiswahili in East and Central Africa while encouraging the continued development of Kiswahili. If for valid reasons Kiswahili is not acceptable, I will vote for any other language as long as it is an African language.” (MOHOCHI, 2002, p. 8).

⁴ Prah terá defendido numa entrevista ao eLearning Africa News, de 16 de Março de 2013 (a entrevista também foi incluída no eLearning Africa Report 2013), que “No country can make progress on the basis of a borrowed language, understood only by a minority,” acrescentando que “Only ten per cent of

African people can speak French, Portuguese or English fluently. These languages cannot be the only languages of African development.”

⁵ Tome-se em conta que Das Gupta (1971), ao abordar o conflito linguístico e o desenvolvimento nacional na Índia, muda o foco da integração nacional para a integração política. De acordo com Das Gupta (1971), esta mudança permite um melhor entendimento do processo de desenvolvimento nacional que envolve vários tipos de diversidade segmentária e resulta numa melhor visão sobre as formas sociais, culturais e outras de integração, subsumidas na categoria geral de integração nacional. (cf. 1971, p. 8-9).

⁶ web of autonomous associations, independent of the state, which binds citizens together in matters of common concern, and by their mere existence or action could have an effect on public policy.

⁷ Dada a sua origem alóctone, o Português passou/passa por um processo de transformação, principalmente na concepção dos seus utentes em Moçambique, até ao ponto de ser apropriado como um instrumento legítimo associado à moçambicanidade. Passa, portando, por um processo de nacionalização (porque não é **nacional** à partida), devendo, em conformidade, ser considerada uma língua **nacionalizada** (ao invés de ser meramente uma língua nacional)

⁸ Cf. MACAGNO, 2005 e SUMICH, 2008.